



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º. 22/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUATRO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª. Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho n.º. 10/2017, de 5 julho, secretariada por Rosa Maria Ferreira Breda, Coordenadora Técnica.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20/09/2017:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 20/09/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o n.º. 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação o Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

----O Senhor Presidente, nos termos do art.º. 34.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Senhor Presidente informou ainda que-----

----- A situação de seca severa e extrema que se vive no Concelho já está a provocar falta de água nos sistemas de abastecimento nas localidades de Anceiro, Ribeira, Quilho e Santa Cristina, estando os respetivos depósitos a ser reabastecidos com o recurso ao autotanque dos Bombeiros.-----

-----Procedeu ao prolongamento do Dispositivo Municipal de Vigilância Contra Incêndios Florestais por mais 15 dias, devido à condições climatéricas que se irão fazer sentir previstas que são propícias à ocorrência de fogos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 187, referente ao dia 3 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO:-----

-----Foi presente a comunicação, enviada por e:mail em 8/09/2017, da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e através da qual informa que um dos aspeto das novas disposições legais que se apresenta de muito relevante para a adaptação às exigências das alterações introduzidas pela Lei nº. 142/2015, de 8 de setembro, é o apoio ao funcionamento das CPCJ que, atualidade, compreende as vertentes logística, financeira e administrativa (cf artigo 14º.) e depende de critérios definidos pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.-----

-----Assim dá conhecimento dos critérios e dos procedimentos que permitem a continuidade (adaptada às novas exigências legais) dos acordos estabelecidos com os municípios no âmbito do apoio ao funcionamento das CPCJ, que já pautaram as transferências do ano anterior que



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

foram fixados pela Comissão Nacional por deliberação do Conselho Nacional, datada de 21 de junho de 2016.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-ADMINISTRAÇÃO:-----

5.1.-RETIFICAÇÃO DO PONTO 7.1.1. DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A 23/08/2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de Joana Isabel Saraiva de Carvalho, residente na Avenida Engenheiro Tavares da Silva, lote 4, 3780-203 Anadia, datada de 25/09/2017, a chamar a atenção para o facto de:-----

-----Aquando da Hasta Pública para Arrematação dos lotes da 1ª. Fase do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, foi apresentada proposta em nome de Joana Isabel Saraiva de Carvalho e Claude Manuel Martins Almeida.-----

-----Por lapso, quer o auto de arrematação, quer a deliberação da Câmara de 23 de agosto de 2017, só consta a arrematação em nome de Joana Isabel Saraiva de Carvalho, tendo esse erro sido detetado na data da marcação da data da celebração de escritura.-----

-----Face ao exposto solicita que sejam efetuadas as diligencias necessárias para proceder à devida correção.-----

-----Assim, considerando que se verifica um erro material na expressão da vontade, uma vez que, por lapso de escrita no teor das referidas deliberações, e se lê “ Joana Isabel Saraiva de Carvalho,” deve ler-se “Joana Isabel Saraiva de Carvalho e Claude Manuel Martins Almeida”.-----

-----De acordo com os nºs.1 e 2 do artigo 172º. do Código do Procedimento Administrativo os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, devendo tal retificação ser feita sob a forma e com a publicidade usada para a prática do ato retificado.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que, nos termos do nºs.1 e 2 do artigo 172º. do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara aprovasse a retificação do lapso de escrita do auto de arrematação do lote nº. 4 da 1ª. Fase da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e do ponto 7.1.1.- Hasta Pública para Venda dos Lotes da 1ª. Fase da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Adjudicação definitiva da ata da Reunião de Câmara, realizada em 23/08/2017 , e substituindo-se a expressão “Joana Isabel Saraiva de Carvalho,” por “Joana Isabel Saraiva de Carvalho e Claude Manuel Martins Almeida”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a retificação do lapso de escrita do auto de arrematação do lote nº. 4 da 1ª. Fase da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e do ponto 7.1.1.- Hasta Pública para Venda dos Lotes da 1ª. Fase da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Adjudicação definitiva da ata da Reunião de Câmara, realizada em 23/08/2017, e substituindo-se a expressão “Joana Isabel Saraiva de Carvalho,” por “Joana Isabel Saraiva de Carvalho e Claude Manuel Martins Almeida”.-----

5.2.-ADIAMENTO DE REUNIÃO DE CÂMARA:-----

-----Considerando que a Lei, nº. 47/2005, de 29 de agosto, estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares, ou seja, estabelece limites ao quadro de competências dos órgãos autárquicos e respetivos titulares no período de gestão, o qual coincide com aquele que medeia entre a realização de eleições e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos.-----

-----Assim, de 1 de outubro até à tomada de posse dos novos eleitos, os órgãos das autarquias locais, sem prejuízo da prática de atos correntes e inadiáveis (vide artigo 2º.), ficam impedidos de deliberar ou decidir, designadamente, em relação às matérias descritas no nº. 1 do artigo 2º. da referida lei.-----

-----Considerando que, nos termos do disposto no artigo 225º. da Lei Orgânica nº 1/2001, de 14 de agosto, na redação atual, a instalação da nova Câmara é feita pelo Presidente do órgão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deliberativo cessante ou pelo cidadão melhor posicionado na lista vencedora até ao 20º. dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade não realizar a reunião ordinária do próximo dia 18 de outubro.-----

-----Mais deliberou que, para nos termos e para efeitos constantes do artigo 56º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, se deve proceder à publicitação desta decisão.-----

5.3.-VISTORIA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº. 270/01, DE 6 DE OUTUBRO, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº. 340/07, DE 12/10, À PEDREIRA DENOMINADA DE “VALE DE SOBRAL Nº.2” – Nomeação de Representante:-----

-----Foi presente o ofício referência 2082/DSM/DPC/17, da Direção Geral de Energia e Geologia a solicitar que, de acordo com o estipulado no nº.2 do artigo 31º. do Decreto-Lei nº. 270/01, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 340/2007, 12 de outubro, seja nomeado o representante dos serviços da Câmara para a vistoria a realizar, no dia 25/10/2017, à Pedreira: nº. 6753, denominada “Vale Sobral nº.2”; sita em Gândara, União de Freguesias Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça; Explorador: Cerâmica de Vale da Gândara, S.A..-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte.-----

6.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

6.1.-PEDIDO EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO DESCRITO NA MATRIZ DA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA COM O Nº. 8995, SITO EM VALE DA FONTE FOI ATRAVESSADO PELA VIA PÚBLICA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 04/2017/59, requerimento número 564/2017, de António Ferreira de Gouveia, residente na Rua Luís de Camões, nº.25, 3450 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

157 Mortágua, com o número de identificação fiscal 116728795, a requerer na qualidade de proprietário a emissão de certidão comprovativa em como o prédio rústico inscrito na artigo matricial nº. 8995 da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, sito em Vale da Fonte foi atravessado pela via pública, Rua Vale da Fonte, dando origem a duas parcelas a parcela A com 1.380,00 m2, a parcela B com 560,00 m2 e foi cedido para o domínio público 130,00 m2 .-----

-----Câmara, considerando o Parecer Técnico do Chefe da Divisão de Planeamento e Conservação do Território constante no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim *Rosa Maria Ferreira Breda*
Secretário do Órgão e pelo Presidente.-----